ARQUIVOS PESSOAIS: NOVAS PESQUISAS EM ARQUIVOLOGIA

THAYANE VICENTE VAM DE BERG*

Todo ser humano produz arquivos, mesmo sem perceber. Tal ato é tão inerente ao ser humano, quanto respirar. Na maioria das vezes, a criação dos arquivos se dá de modo imperceptível para seu criador e apenas quando algum documento é requerido que nos lembramos daqueles "papéis" esquecidos. Os documentos que são guardados devido a sua importância de legitimação e comprovação de algo (tais como certidão de nascimento, carteira de trabalho, etc.) estão presentes na vida de todo sujeito, visto que, para se viver em sociedade essa documentação probatória é exigida frequentemente em todos os atos de nossa vida (estudantil, profissional, trabalhista...).

Pode-se dizer, portanto, que o primeiro ato de arquivar do ser humano está ligado à funcionalidade que tal documentação exerce em nossas vidas. "Nós temos obrigação social, para estarmos integrados na sociedade em que vivemos, de arquivar nossos papéis, registros formais de nossa existência" (VOGAS, 2011, p. 26). Por conseguinte iniciamos nossa trajetória, então com um documento de origem testemunhal que deriva de um ato comprobatório, que é a certidão de nascimento. Sem tais documentos, não existimos como cidadãos, e a falta deles implica em restrições e limitações para exercer e exigir direitos sociais, além de deixarmos de interessar para o Estado. Este primeiro ato de arquivar corresponde ao que Artières (1998) chama de "injunção social". (CAMPOS, 2012, p. 04).

É num segundo momento, quando já temos nossa cognição formada, que passamos a arquivar por outro motivo: para recordar. É aí que nossos interesses como pessoa são expostos, pois passamos a guardar os itens que nos parecem atraentes, não porque eles comprovam alguma coisa, mas por que, são significativos e relevantes em nossas vidas por causa do gosto pessoal de cada um. Posteriormente é que esse tipo de documento vai interessar a terceiros (os pesquisadores), mas no momento em que são acumulados são importantes apenas para o seu produtor/acumulador. É essa documentação, formada por correspondências, diários, recortes de jornais, fotografias, que compõe os arquivos pessoais. Por conseguinte, pode-se dizer que nos arquivos pessoais convivem, portanto, duas motivações de arquivamento: a obrigação e a vontade. (CAMPOS, 2012, p. 04).

> Os arquivos pessoais constituem tema polêmico entre os teóricos, profissionais e estudiosos da Arquivologia. De natureza híbrida, no que toca aos tipos documentais, formatos e espécies, os arquivos de pessoas impõem questões que nos levam a refletir sobre a teoria tradicional e contestá-la, de modo a oferecer um caminho de abordagem que não se distancie dos princípios preconizados pela Arquivística e que dê conta das especificidades da documentação com a qual trabalhamos. (CAMPOS, 2011, p. 01).

ARQUIVOS PESSOAIS: CONCEITUAÇÃO E FORMAÇÃO

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ/UNIRIO). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e em História pela Universidade Gama Filho (UGF). Pós-graduada em Preservação de Acervos pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Nome em citações bibliográficas: VAM DE BERG, Thayane Vicente.

No primeiro tópico deste trabalho são apresentados os conceitos de proveniência, organicidade e indivisibilidade, oriundos da área arquivística que devem ser utilizados no tratamento dos arquivos de natureza pessoal. Já no segundo tópico será analisada a origem da formação desses arquivos, apresentando para tanto, as motivações que os geram.

Conceituação

Para uma abordagem e reflexão sobre a prática arquivística, três conceitos são indispensáveis: proveniência, organicidade e indivisibilidade. O primeiro tem relação com a identidade do documento, ou seja, sua origem, que é vinculada ao produtor/acumulador. Esse princípio consiste basicamente na premissa de manter a individualidade do fundo do arquivo sem misturá-lo a outro fundo de origem diversa; o segundo diz respeito à capacidade que tem os arquivos de refletir a estrutura, as atividades e as funções da entidade acumuladora/produtora, tanto em suas relações internas, quanto nas externas. Essas relações se refletem nos conjuntos documentais e são perceptíveis por causa da dependência e entrelaçamento que há entre os documentos de um mesmo fundo; o terceiro e último conceito deriva do princípio da proveniência e também pode ser denominado de integridade arquivística. O mesmo se refere à perda de significado que o documento adquire ao ser retirado de seu fundo de origem. (BELLOTTO, 2002, p. 23–24). Desse breve embasamento teórico depreende-se que antes de qualquer tentativa de ordenação lógica de arranjo é importante reconhecer as relações de organicidade e proveniência do acervo. (NEVES & ÂNGELO, 2009, p. 138– 139).

Atualmente há um consenso no que diz respeito

> a guarda, ao tratamento e a reflexão metodológica sobre conjuntos documentais de natureza pessoal, [cujo enfoque é fundamentado na][...]sistematização de normas para a organização de arquivos pessoais com base em princípios da Arquivologia. Preconiza-se o tratamento do arquivo como conjunto orgânico – e não o tratamento individualizado dos documentos –, o respeito ao princípio de proveniência e a atenção à ordem original dos documentos no arquivo, ou seja, a forma como estavam dispostos ao serem doados, na medida em que esta pode elucidar questões relativas aos interesses, prioridades e sentidos conferidos pelo titular ao seu acervo. (CAMARGO & GOULART apud HEYMANN, 2009, p. 48)

De acordo com Heymann, "os arquivos pessoais devem ser submetidos aos princípios da ciência arquivística, [pois esta é a] única forma de garantir que sejam abordados como arquivo, e não como coleção de documentos". (HEYMANN, 2009, p. 45). Para tanto três tipos de nexos são desejáveis ao se aplicar o tratamento documental nos arquivos de pessoas: o "nexo que une os documentos que compõem o arquivo entre si, o nexo que une os documentos às atividades que os originaram [e] o nexo que une o titular ao conjunto de documentos que constituem os "seus" papéis". (HEYMANN, 2009, p. 54) Ou seja, devem-se respeitar os princípios de organicidade, proveniência e indivisibilidade, além de buscar entender a relação que o titular mantinha com seus documentos.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, elaborado pelo Arquivo Nacional do Brasil, podem ser considerados arquivos os "conjuntos de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte". Sendo Arquivo Pessoal equivalente a arquivo de pessoa física e Arquivo Privado aquele sob a responsabilidade de uma "entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular". (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27 e 34-35). Pode-se afirmar que, os arquivos pessoais são uma categoria dos arquivos privados, por se tratarem

de acervos que se referem a pessoas físicas. "A filiação dos arquivos pessoais aos arquivos privados tem por base, portanto, a natureza jurídica dos conjuntos documentais produzidos". (HEYMANN, 2009, p. 43).

Conforme o Programa de Arquivos Pessoais do CPDOC – FGV, são arquivos pessoais os "conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas de vidas"[1]. Em sua grande maioria esse tipo de arquivo é composto de documentos dos mais variados tipos, tais como: cartas, fotografias, diários, diplomas, documentos de trabalho, registros de viagens, comprovantes e recibos, etc. São documentos que mostram os interesses e testemunham momentos da vida do indivíduo que os acumulou, bem como as relações profissionais e pessoais que o mesmo mantinha. Por meio deles é possível identificar o reduto no qual o indivíduo se incluía, ou seja, as instituições sociais as quais se vinculava (a escola, a igreja, o local de trabalho, o partido político, a família), as relações amorosas e de amizade, os hobbies, as opções intelectuais, etc. (CAMARGO, 2009, p. 35). Ou seja, são papéis referentes à obra, à vida e às atividades de uma pessoa, apresentando, por isso, ligação com a vida familiar, profissional, intelectual e civil do seu titular, se diferenciando assim, dos documentos funcionais e administrativos, originários de empresas. (HEYMANN, 2009, p. 44). Os conjuntos documentais de natureza pessoal "revelam de forma aguda a diversidade de situações em que o indivíduo produz e acumula documentos". (HEYMANN, 2009, p. 49).

Os arquivos pessoais são caracterizados por sua unicidade e coesão arquivística (LOPEZ, 2003, p. 70), pois o fundo de um arquivo pessoal é composto por um conjunto orgânico de documentos de diferentes tipologias e suportes, que "conversam" entre si, e retratam o elo existente entre eles. Nesse fundo é perceptível o caráter orgânico desses conjuntos, pois estes documentos se isolados dos grupos ao qual pertencem, perdem o sentido e o seu valor. Conforme Belloto (2006, p. 253-254), nos fundos de arquivos oriundos de documentos gerados por uma pessoa física no exercício de suas funções específicas, as relações genéticas desses conjuntos documentais estão implícitas.

> Isto porque o fato de se afirmar que o material se origina do 'desempenho de funções específicas', implica não serem os seus elementos (documentos) totalmente estranhos uns aos outros: relacionam-se na sequência de tempo (processo cumulativo), completam-se lateral e transversalmente (inter-relações estruturais) e possibilitam flagrar, no momento em que se queira, [...] a atuação profissional de um indivíduo. (BELLOTTO, 2006, p. 253-254).

Segundo Lopez (2003, p. 80), nos arquivos pessoais é preciso

> identificar as inter-relações entre as atividades do titular e os documentos por ele produzidos/acumulados, [pois] somente a árdua recomposição do contexto de produção documental é capaz de dotar tais acervos de significado arquivístico, resgatando a organicidade inicial dos documentos. (LOPEZ, 2003, p. 80).

Ou seja, sem organização alguma, os documentos de arquivos pessoais, não passam de fragmentos da vida do titular que apenas fazem sentido para o seu produtor, porém quando organizados, se tornam inteligíveis para um público maior, pois retratam por meio de um arranjo, a trajetória contextualizada de um personagem. Conforme Heymann (2012, p.62) é necessário "recuperar a relação que o titular estabeleceu com seus papéis ao longo dos anos", e isto se faz por meio da contextualização. Esses documentos retratam as

[1] Programa de Arquivos Pessoais do CPDOC – FGV. O que são Arquivos Pessoais.
Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 20 fev 2015

memórias de um sujeito histórico e, quando contextualizados e classificados apresentam "seu grau de importância, a sua origem, a sua função, a sua data de produção" (ARTIÈRES, p. 14).

O documento de arquivo deve ser considerado dentro de seu contexto de produção, pois é este contexto que permite a compreensão dos motivos pelos quais o mesmo foi criado e arquivado. Segundo Lopez (2003), a contextualização arquivística (criação do arranjo) recairá sobre as atividades do produtor, pois serão elas que demonstrarão a relação de indicialidade[2]dos documentos. Visto que no primeiro momento de elaboração do arranjo, "o objetivo é entender o produtor dos documentos e não a informação por eles apresentada." (LOPEZ, 2003, p. 70). "Recuperar essas dinâmicas por meio de uma etnografia do processo de construção do arquivo equivale a restituir sua própria historicidade". (HEYMANN, 2012, p. 275).

Segundo Bellotto (1998, p. 206), o primeiro passo para se fazer o plano de classificação de um arquivo pessoal que retrate a contextualização do acervo, é produzir um levantamento o mais completo possível sobre a vida e a obra de seu titular, ou seja, estudar a biografia do produtor. Desse modo quando for feito o contato direto com os documentos desse acervo, será possível perceber as correlações entre as experiências e momentos da vida do produtor com o acervo por ele acumulado/produzido.

Heymann (2009, p. 55), vai além, e diz que entre os procedimentos indispensáveis à tarefa de contextualização dos documentos está uma pesquisa aprofundada que abarque

> o levantamento da história de cada fundo, o contato com as pessoas envolvidas na acumulação, ordenamento e guarda dos papéis – antes e depois da morte do titular –, bem como o investimento nas intenções, projeções e expectativas depositadas no arquivo por esse último. [...] Além do tradicional estudo da biografia do titular e da pesquisa sobre a trajetória do arquivo, [...] até a sua chegada à instituição de guarda. (HEYMANN, 2009, p. 55).

O arquivo pessoal é capaz de registrar a trajetória profissional e pessoal do seu produtor, por meio de documentos eminentemente pessoais, tais como certidões, documentos médicos, agendas, anotações, títulos honoríficos, etc, que além de revelar informações acerca dos aspectos da vida do produtor, acima de tudo provam as relações por ele mantidas. O perfil dos documentos que integram os arquivos de pessoas varia conforme o titular do arquivo. Para Oliveira (2008, p. 39),

> os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram. (OLIVEIRA, 2008, p. 39).

> Os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza. (CAMARGO, 2009, p. 36–37).

[2] "O conceito de indicialidade parte da premissa de que é através da linguagem que a vida social é constituída. Pode-se definir como indicialidade todas as determinações que se ligam a uma palavra, a uma situação. Esse conceito é um termo técnico, adaptado da linguística. De acordo com essa proposição da etnometodologia, as palavras só ganham sentido completo no seu contexto de produção, quando são "indexadas" a uma situação de intercâmbio linguístico. Mas a indexação não esgota a integralidade do seu sentido". Disponível em: <http://almaprolixa.blogspot.com.br/2010/07/sobre-etnometodologia-e-seus-principais.html>. Acesso em: 20 fev 2015.

Isabel de Oliveira (2009) diz haver mais de um tipo de contexto de produção do documento que influencia nas relações e interações do produtor, são eles: o contexto cultural, sociopolítico e econômico. Ou seja, todos os contextos que envolveram o indivíduo produtor têm ligação direta na constituição do ato acumulador.

Camargo (2009) também partilha da ideia de que é necessário compreender plenamente o contexto de produção dos documentos. Para ela, apenas assim se obtêm o significado do acervo. Nos arquivos pessoais este significado vai além do universo particular, pois permite conhecer também o contexto público e histórico no qual seu titular se inseriu.

> Recuperar os contextos de produção dos documentos, respondendo às perguntas sobre "como" e "quando" foram produzidos, e relacioná-los às atividades, eventos e áreas de interesses do titular, explicitando a organicidade que permeia o fundo e liga um documento ao outro, são duas operações que constituem a chave para o resgate do estatuto arquivístico da documentação que forma os arquivos de pessoas, segundo a chamada *abordagem contextual* (CAMARGO, GOULART apud CAMPOS, 2011).

O princípio da proveniência, portanto, deve ser respeitado também na organização de arquivos pessoais, visto que, é a manutenção dos conjuntos documentais que garantirá ser feita a abordagem contextual necessária para organizar tal arquivo.

Na elaboração do arranjo do fundo de um arquivo pessoal almeja-se que o conjunto de documentos, pertencente ao mesmo, reflita as relações de organicidade da variada gama de atividades desenvolvida pelo titular do fundo, que estão registradas em documentos de tipologias e suportes diversificados. Para tanto, deve ser feita

> uma abordagem arquivística que respeite a organicidade do conjunto documental, atenta aos sentidos conferidos pelos vínculos que unem os documentos entre si e pelos vínculos que unem os documentos às atividades das quais se originaram. [...] O arranjo deve respeitar "a lógica de produção e acumulação dos registros, fazendo com que [não] se perca a conexão que os vincula à entidade produtora do arquivo, ou seja, o titular. (HEYMANN, 2009, p. 43).
>
> [...]
>
> Assim, o arranjo conferido pelo arquivista [deve] ser pensado com base em uma lógica de divisão interna, estruturada e hierarquizada, que mostre para o usuário um espelho no qual a imagem seja a mais fiel possível do objeto que, no caso, é a trajetória do indivíduo refletida através dos documentos de seu arquivo pessoal. (FRAIZ; COSTA apud HEYMANN, 2009, p. 51).

A identificação dos contextos em que são utilizados e criados os documentos, e a estruturação do arranjo desse tipo de arquivo é uma tarefa complexa e exige uma pesquisa profunda acerca da biografia do produtor/acumulador do acervo. (NEVES & ÂNGELO, 2009, p. 139). Isto porque, nem sempre as relações entre a documentação estão de forma tão inteligível, ou seja, às vezes é difícil identificar os elementos que estabelecem conjecturas sobre o processo de como se deu a acumulação dos documentos e, outrossim, há documentos cuja participação no arquivo não é identificada e interpretada de modo imediato . Heymann (2009, p. 48) atenta para essa questão ao dizer que no

> conjunto que resulta da acumulação documental realizada por um indivíduo pode conter tanto documentos "identificáveis" do ponto de vista das atividades que os originaram como outros, de mais difícil localização no tempo e no espaço, cujos conteúdos mesmo são imprecisos, escapando a uma abordagem de tipo funcional.
>
> [...]

> Esse tipo de arquivo, pela diversidade de registros que agrega, torna mais visível a distinção entre os documentos que refletem e atestam uma atividade e aqueles que permanecem em uma zona de indeterminação e que apenas uma investigação sobre usos e sentidos dados pelo titular aos seus papéis poderá iluminar. (HEYMANN, 2009, p. 48 - 49).

Formação dos Arquivos Pessoais

Pode-se dizer que um arquivo pessoal é composto por uma parte ínfima de vestígios da história de seu produtor e formado por "diversos elementos que compõem a vida de todo dia" (ARTIÈRES, 1998, p. 10), isto porque, por mais que se queira ou se tenha a intenção de guardar tudo, tal ação é impossível. Durante a nossa vida, selecionamos e refazemos a todo momento as nossas escolhas, visto que é inato do ser humano formar e mudar suas opiniões, seja por conta de experiências, vivências ou influências. Segundo Artières,

> não arquivamos nossas vidas de uma vez por todas. Incessantemente, até o último momento, nossos arquivos estão sendo refeitos. Nossas intenções mudam em função de fatores pessoais, mas também externos. São arquivos sucessivos e de vários tipos, cada um com funções diversas [...] passamos o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros [...] manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens. [...] O arquivamento do eu é uma prática plural e incessante. (ARTIÈRES, 1998, p. 31 - 32 e 10 - 11).

De acordo com Isabel Oliveira (2009),

> ao longo da vida, o indivíduo coleta documentos pelos mais diferentes motivos, mas principalmente para servir de evidência de sua existência. A todo o tempo, o indivíduo precisa comprovar quem é, por meio de uma certidão de nascimento, um certificado de reservista ou uma conta de gás, enfim, todo tipo de evidência que acabe se tornando uma prova de sua passagem pela sociedade e que, uma vez compondo seu arquivo pessoal, torna-se a representação do seu passado. (OLIVEIRA, 2009, p. 31).

Ao contrário dos arquivos institucionais, onde a documentação é avaliada e preservada ou descartada, respeitando as tabelas de temporalidade, nos arquivos pessoais, a documentação que sobra é resultado de nossas transformações ao longo da vida, quando nos desfazemos de algo por não nos interessarmos mais, ou do contrário, guardamos porque ainda atende aos nossos interesses, e até mesmo ela continua a ser arquivada por conta de esquecimentos.

Trata-se de documentos únicos, selecionados por meio de arrumações, esquecimentos ou até mesmo intencionalmente. Estas "seleções" retratam aquilo que foi vivido publicamente, bem como momentos particulares do seu produtor, tais como correspondências de trabalho e cartas de amor. Conforme Heymann (2012),

> além do fato de haver padrões de acumulação que variam no tempo – a indicar temporalidades distintas na composição do arquivo pessoal – e da possibilidade de diversas subjetividades atuarem na seleção e guarda dos documentos, processos de arquivamento que ocorrem sincronicamente podem obedecer a diferentes critérios e lógicas, de acordo com os espaços em que acontecem. (HEYMANN, 2012, p. 275).

Os critérios e motivações que operam na seleção e guarda dos registros e como se desenvolve o fluxo dos documentos que atravessam a vida de um indivíduo perpassam por critérios e estratégias bem distintas daquelas em ambientes institucionais. "No caso dos arquivos pessoais, parece-nos que a contextualização dependerá, em grande medida, de se

procurar entender o motivo da guarda do documento, identificando a intenção acumuladora" e também a lógica de produção do arquivo. (HEYMANN, 2009, p. 45 e 50).

Percebe-se que nos arquivos pessoais, há uma intenção autobiográfica de seu produtor e muitas vezes de seus herdeiros, em tentar ordenar e preservar de forma narrativa uma trajetória de valorização do produtor, isto é o que Foucault define como "preocupação com o eu". (FOUCCAULT apud ARTIÈRES, 1998, p. 11). Conforme Artières,

> dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. [...] O arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência. (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

A posição de Artières (1998) e de Foucault vai ao encontro do pensamento de Roudinesco (2006), quando esta autora diz haver um "culto de si", um culto do narcisismo nos arquivos pessoais. Complementando as ideias destes autores, Heymann define "o arquivamento como uma forma de narrativa de si", na qual o ato de arquivar funciona como um testemunho e consiste na "vontade de vencer o tempo e o esquecimento, permanecendo na memória das gerações futuras [e] garantir que a sua memória [seja] preservada fazendo jus a sua trajetória". Pode- se dizer que o desejo de ser lembrado é uma constante nos arquivos pessoais (HEYMANN, 2012, p. 262 e 266). Por meio deste entendimento é possível afirmar que os arquivos não pertencem a um terreno inerte, e que a prática do arquivamento do 'eu' não é neutra, mas sim repleta de intenções e disputas. Conforme ARTIÈRES (1998, p. 31), "arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós".

> Sempre arquivamos as nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). Prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte. (ARTIÈRES, 1998, p. 32).

Bellotto é outra autora que não acredita na neutralidade da formação e manutenção dos arquivos. Segundo a estudiosa

> os documentos de arquivo são produzidos em contextos semioticamente construídos, dependentes das instituições e/ou dos indivíduos; portanto, não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, 'inocentes'. (BELLOTTO, 1998, p. 204).

Pode-se dizer, portanto, que a subjetividade está presente nesses acervos, visto que, na própria acumulação podemos introduzir a noção de intencionalidade, já que, esta se dá segundo a vontade do indivíduo. É claro que nem todo arquivo pessoal está embutido dessa motivação memorial, porém, na maioria dos acervos pessoais que se encontram em instituições, tal motivação existe principalmente quando o titular é um indivíduo público e, portanto, tem uma maior intenção em se tornar um testemunho e permanecer na História. (HEYMANN, 2009, p. 50 e 52). Segundo Artières (1998, p. 31), "o arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto [...] arquivar a própria vida é querer testemunhar". (ARTIÈRES, 1998, p. 28 e 31).

Para Artières (1998, p. 16) existem dois sentidos em manter os arquivos de pessoas: "o valor cultural dos arquivos de vida nas nossas sociedades [...] e manter arquivos da

própria vida seria considerado uma contribuição ao conhecimento do gênero humano". (ARTIÈRES, 1998, p. 16).

ARQUIVOS PESSOAIS COMO FONTE DE PESQUISA: A INCORPORAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS

Os arquivos passam a existir com o surgimento da escrita. Quando o homem passou a escrever, a tradição oral, que até então era a responsável por perpetuar e transmitir os conhecimentos foi gradativamente "perdendo espaço" para os documentos escritos. Até os dias atuais ainda existem culturas baseadas na oralidade, porém os discursos mnemônicos não são mais a única maneira de transmitir conhecimento. Eles passaram a ser transcritos em materiais dos mais diversos suportes, como: pedra, mármore, cobre, tábuas, ossos e cascos de animais, tabletes de argila, pergaminhos, papiros, papéis e hoje discos ópticos (CD's, DVDs), entre outros. Tal modificação na forma de transmitir o saber ocorreu para atender as necessidades das sociedades que passaram a produzir documentos e precisavam de um local para guardá-los.

> O homem sentiu a necessidade de conservar a sua própria memória, primeiro sob a forma oral, depois sob a forma de grafite e de desenhos e, finalmente, graças a um sistema codificado, isto é, com símbolos gráficos correspondentes a sílabas ou letras. (OLIVEIRA, 2007, p. 133).

Na Antiguidade, os arquivos se constituíram em repositórios da memória do Estado e estavam intrinsecamente relacionados com o poder, neles se guardavam os documentos referentes aos registros das atividades políticas, sociais, econômicas, e a documentação de cunho particular que exigia ser protegida e conservada visando uma futura utilização. A história do arquivo estava ligada ao controle e fiscalização do governo. Já na Grécia, os arquivos ganharam o status de guardiões da documentação que era sigilosa/secreta, e a eles se associou a característica de autenticidade. Os documentos públicos e privados eram preservados no '*archeion*'. No período romano o arquivo manteve o valor de sigilosidade e o mesmo era entendido como a memória do povo, onde se armazenavam os atos do governo e garantia-se o testemunho para o futuro. Os romanos designavam '*Tablinium*' o local onde se guardavam os arquivos pessoais de família. Em outras civilizações, como a mesopotâmica, os arquivos além de servirem para o controle, também eram entendidos como sagrados, e se constituíam em santuários, onde ficava o tesouro dos reis. (SOUSA, 2009).

Nesse breve resumo percebe-se que é inegável a importância dos arquivos para a humanidade e para a administração desde os tempos primórdios, mas a percepção do tipo específico de arquivo, denominado pessoal é muito recente, se comparada ao tempo de existência dos arquivos. Nesse período da Antiguidade não havia uma noção ou preocupação com o que hoje conhecemos como arquivo pessoal, apesar de os mesmos já existirem e ser preservados. De acordo com Gomes (2009, p. 22),

> até muito recentemente, internacionalmente, só se atribuía o estatuto de arquivo a um conjunto de documentos de natureza pública que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Em muitas situações, mesmo estando presente em instituições arquivísticas, a documentação pessoal, ou não era reconhecida como um arquivo, ou, em melhor hipótese, era entendida como um arquivo menor, digamos, de segunda classe, ante o que seria um "verdadeiro" arquivo. (GOMES, 2009, p. 22)

A afirmação e o reconhecimento de que os acervos pessoais são arquivos só foi possível graças a "uma série de grandes transformações no campo da história, das ciências sociais, da teoria literária e, naturalmente, da teoria arquivística". (GOMES, 2009, p. 22).

Fraiz (1998, p. 61), diz que "a incorporação do conceito de arquivo privado pela arquivística dar-se-á somente no século XX". Apenas neste período este tipo de acervo passa a ser discutido na área arquivística. Pois até então era prática comum os arquivos pessoais serem tratados por bibliotecários ou até mesmo historiadores. Isto ocorria pelo entendimento de que tal tipo de acervo não era arquivístico e por conta da falta de clareza que havia na delimitação sobre o que era de arquivo, biblioteca e museu, devido a não especificação do objeto de cada área.

Christophe Prochasson (1998, p. 109 e 110) esclarece que o interesse crescente pelos arquivos privados de caráter pessoal, decorre fundamentalmente da mudança de rumo nas práticas historiográficas. Para este autor, tal mudança se deve a dois fatos:

> o primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e, mais particularmente, a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais. O segundo está vinculado à mudança da escala de observação do social, que levou, sobretudo pela via da micro-história e da antropologia histórica, a um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas. (PROCHASSON, 1998, p. 110)

No âmbito da Arquivologia os arquivos pessoais foram sendo incorporados nas pesquisas arquivísticas, por conta de novas problemáticas e questionamentos que surgem da Arquivologia Contemporânea, sendo esta temática fonte crescente de interesse dos arquivistas. Jardim (2012) ressalta que a produção de conhecimento arquivístico vem ampliando seus horizontes e estudos que envolvam arquivos e sociedade estão tendo espaço nas agendas de pesquisa.

Pode-se dizer que o aumento do interesse do historiador pelos arquivos pessoais e os novos questionamentos da Arquivologia desencadearam o desenvolvimento da disciplina arquivística e o rompimento com antigos dogmas da área, que levaram as instituições arquivísticas a repensarem os tipos de acervos que são considerados arquivísticos. Esse novo panorama promoveu uma profunda mudança nos arquivos, que por muito tempo conservaram documentos priorizando apenas o seu caráter administrativo, fiscal ou legal.

Conforme Heymann (2009, p. 42), "a primeira menção a arquivos constituídos por indivíduos aparece em 1928, no manual do arquivista italiano Eugenio Casanova"[3]. Ainda que os arquivos pessoais apareçam contemplados nesse manual, aos mesmos não foi dedicada a devida atenção. Os estudos acerca de indivíduos passam a ser alvo de estudos científicos a partir do século XX, quando a História Cultural aparece na busca de novos temas de pesquisas e novas perspectivas que promovessem uma quebra de paradigma com a historiografia rankiana e positivista do século XIX. (GOMES, 2009, p. 23).

A utilização de arquivos pessoais como fonte de pesquisa, segundo Ângela de Castro Gomes (1998), foi possível graças à transformação ocorrida no campo historiográfico em meados do século XX, o que possibilitou um enriquecimento das pesquisas com a incorporação de novos objetos e novas metodologias que trouxeram uma renovação teórica na produção do conhecimento científico. Foi nesse período que começou a se identificar o potencial para a pesquisa dos documentos produzidos no âmbito da vida privada. Para Bellotto (2006, p. 251), este tipo de arquivo, possui grande "densidade informacional e peso considerável para a pesquisa histórica". Conforme Gomes

[3] CASANOVA, Eugenio. Archivistica. 2ª ed. Siena: Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

(1998, p. 125), o 'grande feitiço' do arquivo privado está no fato de esta documentação pessoal guardar

> a marca da personalidade, [...] ele revelaria seu produtor de forma "verdadeira": aí ele se mostraria "de fato", o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. A documentação dos arquivos privados permitiria, finalmente e de forma muito particular, dar vida à história. (GOMES, 1998, p. 125)

Ao longo do século XX, o "documento" foi alvo de discussões teóricas que determinaram mudanças profundas e significativas que resultaram na ampliação do conceito para além do textual. Essas mudanças fizeram-se notar em vários campos, entre eles o da História e da Documentação.

As transformações as quais Ângela de Castro Gomes faz referência são aquelas advindas da terceira geração da Escola dos Annales[4], que revolucionaram o fazer e o saber historiográfico. O movimento dos Annales impulsionou a crítica à noção de documento, principalmente com relação à pretensa objetividade imparcial da História e da verdade irrefutável que era dada ao documento no século XIX. Nesse sentido também se ampliou a noção do que era documento, os registros administrativos e políticos perdem sua exclusividade e passou-se a considerar outras tipologias documentais ao se fazer pesquisa científica, tais como imagens, literatura, objetos da cultura material, registros audiovisuais, entre outros (SILVA e SILVA, 2005, p.159). Com essa ampliação conceitual são descobertos novos domínios da pesquisa científica.

Para a historiadora Christina Barboza (2008, p.45), a Escola dos Annales tem "o mérito de ter revolucionado a disciplina histórica, ampliando seu território de maneira a abarcar "novos objetos" e "novos problemas" através de 'novas abordagens'". A "revolução francesa da historiografia"[55] modificou a maneira de escrever a História no Ocidente a partir do século XX.

De acordo com March Bloch (apud LE GOFF, 1996, p. 540) a quantidade e tipologia de documentos, de que a história dispõe não é limitada, e ele sugere não utilizar exclusivamente os documentos textuais. Para Bloch deve-se recorrer a outros materiais: arqueológicos, artísticos, numismáticos, iconográficos, etc. É praticamente infinita a diversidade dos testemunhos históricos, pois tudo que diz, escreve, toca, fabrica pode informar a seu respeito. Para Bloch é ilusório crer que cada problema histórico só pode ser respondido com um único tipo documental. O homem é um ser complexo e, portanto, para compreendê-lo se faz necessária a prática interdisciplinar.

Nas palavras de Glénisson (1961, p. 136), "os documentos são traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens". Ou seja, documento é "tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço" e que "serve de base para a construção do conhecimento histórico". (SILVA e SILVA, 1995, p. 158). A ampliação conceitual de documento gerou uma "Revolução Documental" que aumentou a quantidade de fontes históricas e a qualidade das pesquisas. Por este motivo, Le Goff (1996, p. 540-541) afirma que esta revolução foi qualitativa e quantitativa.

---

[4] Em 1929, um grupo de historiadores franceses passa a contestar o cientificismo que influenciava a historiografia. Conhecido como Escola dos Annales, o grupo liderado por Lucien Febrve e March Bloch rompe com as formas de tratar as fontes documentais e cria uma nova metodologia que amplia as possibilidades da pesquisa histórica. A Escola dos Annales é dividida tradicionalmente em três gerações, tendo a primeira como figuras de destaque, Bloch e Febvre; já no final da década de 1940 se apresenta uma nova geração de historiadores que dá origem à segunda geração, cujo expoente máximo é Fernand Braudel; a terceira geração tem seu início nos anos de 1960 e tem como representante Le Goff, entre outros. (BURKE, 1997).

[5] Expressão cunhada por Peter Burke em seus estudos acerca da Escola dos Annales.

Bloch juntamente com Febvre foram os propulsores de uma nova maneira de se pensar e fazer história que modificou o campo historiográfico, trazendo novas metodologias, abordagens, práticas historiográficas e tipologias documentais. Para o historiador Peter Burke (1997, p. 121) "a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas", aproximação essencial na ampliação, qualitativa e quantitativa, da produção de conhecimento histórico. As transformações propostas pelo movimento dos Annales influenciam até hoje, no século XXI, não só o ofício do historiador, mas de todos os pesquisadores.

Na área da Documentação, a construção histórica do conceito de documento também sofreu profundas alterações no decorrer do século XX. Robredo (2003, p. 39) atribui a institucionalização da área da Documentação à atuação do advogado belga Paul Otlet, um dos pioneiros na ampliação do conceito de documento, ao retirar do livro a primazia que lhe era dada como documento e abrindo a possibilidade do uso de outros documentos tais como registros gráficos, imagens, etc.

Para Johanna Smith (2008, p. 12), "Otlet perseguiu uma outra visão do documento, menos relacionada à sua materialidade (pressuposta) e mais voltada à discussão de sua função", que estava relacionada à sua capacidade de servir como fonte de pesquisa. Conforme Rodrigo Rabello (2009, p. 10), Otlet reconhece a propriedade informativa do documento. Pode-se afirmar que a contribuição de Paul Otlet, foi decisiva para consolidar a ampliação do conceito de documento, que deixa de priorizar suportes estabelecidos a priori e passa a privilegiar a função documental.

O estabelecimento de um novo paradigma acerca do modo de produção do conhecimento substituiu o antigo paradigma tradicional que se impôs durante séculos (baseado no objetivismo, na irrefutabilidade), gerando o que Thomas Kuhn define como sendo uma revolução científica. Isso se deu por conta dos novos questionamentos que o homem começou a problematizar, gerando assim, outra forma de se fazer ciência. (KUHN, 1992). Pode-se dizer que o avanço do conhecimento científico foi particularmente significativo, nas áreas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, tais como História, Arquivologia, Ciência da Informação, entre outras, por conta das inovações ocorridas, durante o século XX, no modo de se produzir conhecimento. Um dos maiores benefícios dessa "revolução científica" nessas áreas foi a ampliação do conceito de documento, que proporcionou um enriquecimento qualitativo e quantitativo no desenvolvimento das atividades científicas voltadas para a pesquisa.

Nenhuma ciência é isolada, visto que, para ocorrer o desenvolvimento de cada área, todas, em algum momento necessitam de um contato interdisciplinar que enriquece o conhecimento e propicia o crescimento dos campos. Jardim (2012, p. 138) diz que "zonas de interlocução da Arquivologia com outras disciplinas são requisitadas nas pesquisas" e que isso promove a renovação da área.

O debate sobre arquivos pessoais é fundamental para se pensar o campo historiográfico e arquivístico como um tema nobre e estratégico para o desenvolvimento de pesquisas e metodologias que aprimorem essa temática. Tal aprimoramento deve ser feito por meio de reflexões teóricas que se baseiem em um diálogo interdisciplinar entre as diversas áreas científicas que se utilizam de arquivos pessoais em seus estudos e pesquisas, entre elas: História, Arquivologia, Ciência da Informação, entre outras que possam contribuir para o desenvolvimento do conhecimento e ampliação de bibliografia especializada sobre tal tema. (GOMES, 2009, p. 22). A interdisciplinaridade entre essas e outras áreas do conhecimento, contribui para o fortalecimento do referencial teórico-metodológico da área arquivística, que a partir da aplicação dos seus princípios básicos,

associados ao conhecimento das demais áreas, possibilita o surgimento de abordagens e reflexões inovadoras na questão dos arquivos pessoais.

Como se pode perceber são múltiplas as questões levantadas e as possibilidades colocadas na área arquivística, com a inserção dos arquivos pessoais nas pesquisas, visto que, os documentos produzidos no âmbito da vida privada possibilitam uma apreciação e um estudo multifacetado do produtor /acumulador do arquivo e um entendimento diversificado da própria sociedade. As pesquisas neste tipo de arquivo são ilimitadas, uma vez que, podem ser analisados sob os mais variados prismas, sejam eles, históricos, arquivísticos, antropológicos, etnográficos, entre tantos outros.

CONCLUSÃO

O reconhecimento de que os arquivos pessoais são arquivos, possibilitou aos profissionais da área arquivística iniciar uma renovação metodológica e organizacional acerca desse tipo de acervo sem, contudo, deixar de aplicar os conceitos e as práticas arquivísticas nessa "nova" documentação.

A importância dos conjuntos de origem pessoal vai além dos benefícios que traz para a pesquisa histórica, pois permite não apenas a reconstituição da memória do indivíduo produtor do arquivo, mas principalmente da memória coletiva. Pode-se dizer que os arquivistas reconheceram o valor dessas fontes e com isso deram início a rupturas e renovações na área arquivística.

No que diz respeito a organização de arquivos de natureza pessoal, alguns dos pontos indispensáveis no tratamento documental destes acervos são: a recuperação do contexto de produção dos documentos e o estudo da trajetória/biografia do seu titular, pois é a partir dessas informações que o arranjo será constituído.

Neste trabalho almejou-se além de apresentar as práticas e os conceitos da área arquivística, também expor os debates metodológicos e os principais conflitos e progressos que dizem respeito à temática dos arquivos pessoais. Bem como delinear a historicidade do interesse pelos arquivos pessoais nas pesquisas. Este estudo tentou apresentar o escopo necessário para a compreensão do debate acerca dos arquivos pessoais, lançando novos questionamentos para que outros estudos sejam promovidos e ocorra uma renovação dos conhecimentos do campo arquivístico acerca do tema, promovendo a discussão acadêmica e, motivando assim, novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2015.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998.
Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2015.

BARBOZA, Cristina Helena. Documentação e pesquisa: a História das Ciências com base em arquivos museológicos. In: GRANATO, M, SANTOS, C.P., LOUREIRO, M. L. N. M. (orgs). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 45 - 58. Série MAST Colloquia, v. 10.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 45, Fascículo 2, jul. /dez. 2009. p. 26-39.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a Memória da Ciência Brasileira: Os Arquivos Pessoais de Professores e Pesquisadores da Universidade de São Paulo. In: *Anais do Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 13, 2012, São Paulo. São Paulo: SBHC, 2012. Disponível em: <http://www.sbhc.org.br/resources/anais/10/1344978299_ARQUIVO_Preservandoamemoriadacienciabrasileira-SBHC.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2015.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Um Salto no Vazio? Considerações Iniciais Sobre a Organização e Representação de Arquivos Pessoais. In: 4º Seminário em Ciência da Informação – SECIN. Ciência da Informação: Ambientes e Práticas na Contemporaneidade. Setembro de 2011. Londrina, Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/secin/ocs/index.php/secin2011/secin2011/paper/viewFile/13/9>. Acesso em: 06 jan. 2015.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998. p. 59-87.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

GOMES, Ângela de Castro. Arquivos Pessoais, Desafios e Encantos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 45, Fascículo 2, jul. /dez. 2009. p. 22 - 25.

GOMES, Ângela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. O Arquivo Utópico de Darcy Ribeiro. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, jan – mar 2012, p. 261 – 284.

HEYMANN, Luciana Quillet. O Indivíduo Fora do Lugar. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 45, Fascículo 2, jul. /dez. 2009. p. 40 - 57.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. p. 535 - 549.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos Pessoais e as Fronteiras da Arquivologia. In: *Gragoatá*, Niterói, n. 154, 2º semestre de 2003, p. 69 – 82.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 3.ed. São. Paulo: Perspectiva, 1992.

NEVES, Marta Eloísa Melgaço & ÂNGELO, Rosana de Figueiredo. Constituição e Preservação de um Acervo. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 45, Fascículo 2, jul. /dez. 2009. p. 136 – 147.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições. In: *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.35-48, jan/jun. 2008.

OLIVEIRA, Maria Izabel de. Classificação e Avaliação de Documentos: Normalização dos procedimentos técnicos de gestão de documentos. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 125-132, jan/dez 2007.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: Verdade!Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998.

RABELLO, Rodrigo. *O documento na Ciência da Informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica*. X Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Informação – ENANCIB. João Pessoa, Paraíba, 2009.

ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A Análise e o Arquivo*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Fonte Histórica. In: *Dicionário de Conceitos Históricos*. Ed. Contexto. São Paulo, 2005. p. 158-161.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, M, SANTOS, C.P., LOUREIRO, M. L. N. M. (orgs). *Documentação em Museus.* Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-22. Série MAST Colloquia, v. 10.
SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A Classificação como Função Matricial do que-fazer Arquivístico. In: *Arquivística: Temas Contemporâneos: Classificação, Preservação Digital, Gestão do Conhecimento*. 3ª Ed: Distrito Federal: SENAC, 2009. p. 79 – 172.
VOGAS, Ellen Cristine Monteiro. *Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos: o arquivo Darcy Ribeiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Pós Graduação em Ciência da Informação, Niterói, RJ: UFF, 2011. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Ellen_Vogas-corrigida.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2015.

RESUMO: *O presente estudo possui como objetivos discorrer sobre a conceituação dos arquivos pessoais, sua inserção e aceitação na Arquivologia, sua incorporação nas pesquisas científicas da área arquivística e a interdisciplinaridade com os campos da História e da Documentação que promoveram a ampliação do conceito de documento, proporcionando um enriquecimento qualitativo e quantitativo no desenvolvimento das atividades científicas voltadas para a pesquisa. Além de identificar o potencial para a pesquisa dos documentos produzidos no âmbito da vida privada. Analisa ainda os conceitos arquivísticos de proveniência, organicidade e indivisibilidade, bem como os procedimentos metodológicos aplicados na organização destes acervos e como os mesmos surgem. Constitui-se em um estudo epistemológico realizado por meio de revisão de literatura de alguns dos principais autores sobre o tema. O trabalho insere-se no âmbito da pesquisa qualitativa. Entende-se que os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos e que é necessário ser realizado um estudo da biografia/trajetória do titular, revelando os seus vínculos profissionais e pessoais para que o contexto de produção dos documentos seja preservado e o significado do acervo seja mantido. Este significado vai além do universo particular, pois permite conhecer também o contexto público e histórico no qual seu titular se inseriu.*
PALAVRAS-CHAVE: *Arquivos Pessoais. Arquivologia. Metodologia Arquivística. Princípios Arquivísticos. Pesquisa qualitativa.*

RESUMEN*: Este estudio tiene como objetivo discutir el concepto de archivos personales, su inclusión y aceptación en Archivística, su incorporación en la investigación científica del área de archivo y la interdisciplinariedad en el campo de la Historia y Documentación que promovieron la expansión del concepto de documento, proporcionando un enriquecimiento cualitativo y cuantitativo en el desarrollo de actividades científicas para la investigación. Además también tiene como objetivo identificar el potencial para la investigación de los documentos producidos como parte de la vida privada. También se analizan los conceptos archivísticos de proveniencia, organicidad y indivisibilidad, así como los procedimientos metodológicos aplicados en la organización de estos archivos y cómo surgen. Constituye un estudio epistemológico través de revisión de literatura de algunos de los principales autores sobre el tema. Las obras se enmarcan en el ámbito de la investigación cualitativa. Se entiende que los archivos de personas deben ser tratados como archivos y lo que hay que hacer un estudio de la biografía/ carrera del titular, revelando sus vínculos profesionales y personales de modo que el contexto de producción de documentos se conserva y el significado del archivo se mantiene. Este significado va más allá del universo en particular, ya que también permite conocer el contexto público e histórico en el que se inserta el titular.* **PALABRAS-CLAVE:** *Archivos Personales. Archivística. Metodología Archivística. Principios Archivísticos. Investigación cualitativa.*